



CPI dos trotes pede fim de centros acadêmicos

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investiga supostas violações a direitos humanos nas universidades estaduais paulistas entregou ontem relatório preliminar das medidas que deverão ser adotadas pelas instituições. Entre elas, o documento apresentado ontem na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, prevê responsabilizar os Centros Acadêmicos e as Atléticas das universidades no caso de trotes violentos. Durante a CPI, foi apurado que os trotes aplicados aos calouros da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) são os mais graves, segundo relatos de ex-alunos ouvidos pela comissão.

O relatório, assinado pelo presidente da CPI, deputado estadual Adriano Diogo (PT), prevê a responsabilização civil, criminal e administrativa de membros dos centros acadêmicos envolvidos em denúncias de violação dos direitos humanos e das pessoas jurídicas responsáveis por eventos como Intermed e Calomed, tradicionais encontros de estudantes.

O documento pede também a abertura de inquérito policial dos crimes de estupro relatados nos depoimentos de diversas estudantes. A CPI solicita também a criação de uma lei que proíba a instalação de centros acadêmicos e atléticas em áreas de universidades públicas ou privadas e a reintegração de posse ou reivindicação de propriedade de todas as áreas públicas que estão cedidas a essas associações de estudantes.

O relatório sugere ainda que o Ministério da Educação agilize o processo de expulsão de um aluno participante de trote. A medida poderá se estendida a todas as instituições de ensino públicas e privadas.

Proposta que sugere alterar o sistema de avaliação das universidades também foi sugerida pela CPI onde forem confirmados trotes violentos. A CPI também pede apuração da movimentação financeira dos caixas das entidades estudantis.

Após a conclusão da CPI, a Câmara de Vereadores de Piracicaba receberá cópia do relatório final com a sugestão de que sejam criadas comissões parlamentares locais para apurar mais casos de violações de Direitos Humanos. O relatório final da investigação deverá ser divulgado no dia 10 de março, quando encerram as atividades da CPI.

O **Jornal de Piracicaba** procurou o deputado Adriano Diogo para comentar o relatório, mas até o fechamento desta edição, o gabinete não respondeu as solicitações da reportagem.

VOLTA ÀS AULAS — As medidas de combate ao trote violento surtiram efeito no início do primeiro semestre letivo de 2015 na Esalq. Desde segunda-feira, com o retorno das atividades com alunos no campus, não houve registro de incidentes envolvendo calouros, conforme informou a universidade. **(Felipe Ferreira)**